

# Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: A Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira (1868-1883)<sup>1</sup>

---

## *For a history of school-related protoindustry in the Empire of Brazil: The Röhe & Irmãos Factory and their school-desks (1868-1883)*

Juarez José Tuchinski dos Anjos\*

### RESUMO

O artigo elabora o conceito de protoindústria escolar para referir-se às primeiras experiências industriais de produção de móveis para a escola no Brasil Imperial. Partindo da hipótese de que esta se situaria entre a produção artesanal e a industrial de objetos escolares, na classificação dessas modalidades proposta por Juri Meda (2015) e valendo-se das perspectivas analíticas da micro-história (LEVI, 2009; REVEL, 1996; GINZBURG, 1989; 1991), o objetivo do artigo é verificá-la, numa primeira aproximação, a partir do estudo do caso da Fábrica Röhe & Irmãos e os bancos-carteira por ela fabricados, entre 1868 e 1883, na Corte Imperial.

*Palavras-chave:* Protoindústria escolar. Carteiras Escolares. Brasil. Século XIX. Cultura Material Escolar.

### ABSTRACT

This article elaborates the concept of school-related protoindustry in order to approach the early industrial experiences of furniture production for schools in the Empire of Brazil. Based on the hypothesis that it would be located

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), agência à qual registro meus agradecimentos.

\* Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Email: juarezdosanjos@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>.

between the craft production and the industrial production of school-related objects, in the classification of these modalities proposed by Juri Meda (2015), and using the analytical perspectives of microhistory (LEVI, 2009; REVEL, 1996; GINZBURG, 1989; 1991), this paper aimed at investigating it, in a first approach, based on the case study of the Röhe & Irmãos Factory and the school-desks manufactured by it between 1868 and 1883 in the Imperial Court.

*Keywords:* School-related protoindustry. School desks. Brazil. 19th century. School material culture.

## Introdução

Entre 12 de dezembro de 1881 e 31 de janeiro de 1882, realizava-se, na Corte Imperial, a Primeira Exposição da Indústria Nacional. Organizava-se em Cinco Seções – Produtos Naturais e Agrícolas, Máquinas e Aparelhos, Produtos de Indústria em Geral, Belas Artes e Instrução Pública – divididas, por sua vez, em diversos grupos de produtos. Concorreram nela 1.120 expositores com um total de 8 mil objetos (ARCHIVOS, 1882, p. XVIII). Promovida por iniciativa da Associação Industrial do Rio de Janeiro, tinha um caráter preparatório, já que sua finalidade principal era a de reunir produtos a serem remetidos à Exposição Continental de Buenos Aires, em 1882 (ARCHIVOS, 1882, p. VIII). Na avaliação de seus organizadores:

Muitos produtos expostos foram uma verdadeira revelação para o nosso público, pois eram até então desconhecidos como saídos de nossas fábricas, graças aos títulos e rótulos estrangeiros com que no comércio os encontrávamos (...). De muitas outras indústrias, já bem conhecidas no país, os progressos que elas têm feito ficaram bem atestados com os produtos expostos e assim bem demonstrado o adiantamento da indústria nacional (ARCHIVOS, 1882, p. XIX)<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Para facilitar a leitura, optou-se pela atualização ortográfica das citações dos documentos consultados.

O grupo “Indústria de Madeiras em Geral”, da seção “Produtos da Indústria em Geral”, contou com a exposição de bancos-carteira<sup>3</sup> para escolas da fábrica Röhe & Irmãos e bancos-carteira feitos pelos detentos da Casa de Correção da Corte (ARCHIVOS, 1882, p. LXXVIII). Esses móveis escolares acabaram sendo indireta e diretamente avaliados por dois júris: o da seção à qual foram expostos e o da seção de instrução pública, dada sua óbvia relação com a temática. No primeiro caso, o jurado Lúcio José Marques ponderou que

dos bancos-carteira para as escolas de tipo “Victória” [feitos pela Röhe & Irmãos], não nos ocuparemos. Entendemos melhor juízo ser aquele que sobre eles interpuser o jurado incumbido de opinar sobre o material destinado às escolas, pois ele poderá melhor apreciar sua aplicação. No tocante à arte de marceneiro são notáveis pelo seu bem acabado. Os da Casa de Correção da Corte, que em relação ao julgamento pedem as mesmas reflexões, no que toca à arte pode se ter como inferiores àqueles (ARCHIVOS, 1882, p. 206).

Já o Conselheiro Manoel Francisco Correa – político de notável engajamento com as causas educacionais no Império –, jurado da Seção de Instrução Pública, foi, ao contrário do que esperava seu colega de júri, bem mais econômico na avaliação que fez desses móveis escolares: concedeu o “diploma de progresso”, isto é, de incentivo para melhorias, à Fábrica Röhe & Irmãos pelos seus bancos-carteira do tipo Victória (ARCHIVOS, 1882, p. 446) e o mesmo aos da Casa de Correção da Corte (ARCHIVOS, 1882, p. 455). Esses foram os únicos móveis escolares apresentados na Exposição Industrial de 1881 e, em que pese essa aparente indiferença do júri, podem propor um importante problema de pesquisa.

Enquanto que na Itália os estudos sobre a indústria escolar são uma das características marcantes da historiografia educacional (MEDA, 2015), no Brasil é tema que só recentemente vem despertando a atenção de historiadores (VIDAL, 2009; MIGNOT, 2010; ALCÂNTARA, 2014; SOUSA; GASPARG da SILVA, 2016), tributário, por sua vez, do interesse crescente pela história da cultura material escolar. É verdade que uma dimensão integrante do conjunto de fenômenos que, pensando com Juri Meda (2015), podemos individualizar sob o termo indústria escolar, pode-se considerar bastante conhecida entre nós assim como na Itália: a

3 Por bancos carteira, nesta pesquisa, estou denominando os móveis escolares destinados à leitura e escrita que, no período em tela, tinham por característica serem compostos de uma mesa unida a um banco com encosto (ainda que em diversidade de modelos, que serão abordados oportunamente) e que podiam ter de um (quando individuais) a quatro lugares (quando coletivos).

do livro didático, mesmo que nem sempre as pesquisas o analisem como produto de uma indústria voltada ao provimento da escola. Afora essa exceção, a temática constitui-se num campo fecundo para o estudo da história da educação em nosso país, na perspectiva da história da cultura material escolar, particularmente, nas últimas décadas do século 19.

Diana Gonçalves Vidal, ao discorrer sobre a invenção da modernidade educativa pela circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos, considera a sua segunda metade

momento em que se destaca a confluência entre o crescimento de uma indústria voltada à escola, a participação nas Exposições Universais como estratégia de divulgação de produtos e abertura de mercados internacionais, a elaboração de uma legislação escolar que prevê a obrigatoriedade do ensino e a atividade de sujeitos educacionais na criação e ou tradução/apropriação de objetos para uso escolar (VIDAL, 2009, p. 37).

Pondera, outrossim, que “vendo na escola oficial um mercado favorável e no Estado um comprador de lastro, uma indústria escolar começa a florescer na segunda metade do Oitocentos” (VIDAL, 2009, p. 46).

O Brasil, sem dúvida, participou desse processo transnacional descrito pela historiadora. Ocorre que, antes da existência de uma indústria escolar autônoma e autossustentável entre nós – coisa que, até onde a recente historiografia permite apontar, deu-se de forma mais sensível da primeira década da República em diante –, parece ter existido o que poderíamos chamar de *protoindústria escolar*<sup>4</sup>, ou seja, primeiras experiências industriais de fabricação de móveis para a escola, sem que esse ramo de produção fosse o carro-chefe de uma indústria, mas, ainda assim, resultante da percepção que alguns fabricantes, já dotados de certo *know how* em suas áreas de atuação originárias, tiveram da escola como um mercado e dos agentes a ela ligados (Estado, donos de escolas e colégios, etc.) como clientes em potencial de uma nova e lucrativa relação comercial que, só mais tarde, ganharia corpo e vigor entre nós. Essa protoindústria, ademais, se pensada como um conceito a ser verificado historicamente, situar-se-ia, então, como o meio termo entre o que Juri Meda

4 Proto, do grego: “antes de”, “anterior”. Alerto tratar-se “protoindústria”, inicialmente, de expressão há muito utilizada no debate sobre a pré-industrialização na Europa Moderna para referir-se à produção anterior à Revolução Industrial (cf. MEDEIROS, 2018). Aqui, contudo, utilizo-a, não por acaso, acrescida do adjetivo “escolar”, para demarcá-la em relação a uma indústria em particular e no quadro do modelo mais amplo proposto por Juri Meda (2015) como se verá a seguir. Em suma: uso-a como uma denominação específica para um fenômeno histórico igualmente preciso e, em termos cronológicos, situado no século 19 brasileiro.

denomina de manufatura escolar do século 19, “composta por oficinas artesanais de pequenas dimensões, não necessariamente especializadas e operativas numa área extremamente delimitada” (MEDA, 2015, p. 23) e aquela “indústria escolar (...) formada por uma ampla e variada cadeia de produção, composta por médias e grandes empresas industriais, capazes de produzir quantidades significativas de material escolar de todo tipo a preços mais reduzidos e distribuí-los diretamente em todo território nacional” (MEDA, 2015, p. 23). Essa atuação protoindustrial de fabricação de móveis escolares parece, justamente, ter sido o caso da Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira enviados à Exposição Industrial de 1881. Ensaiar uma primeira aproximação para verificação dessa hipótese a partir do estudo de caso desse empreendimento fabril, entre os anos de 1868 a 1883, na capital do Império, é o objetivo deste artigo.

A abordagem escolhida para essa investigação é a da micro-história, por meio da qual, na esteira de Giovanni Levi (2009), busca-se responder a uma questão geral – como se dava a atuação da protoindústria escolar no Brasil Império – por meio da análise detalhada de uma situação local – as relações sociais e comerciais efetivadas pela Fábrica Röhe & Irmãos quando de sua participação nesse fenômeno histórico. A referida abordagem também parece ser a mais adequada, dado o caráter fragmentário, lacunar e indireto da documentação disponível – anúncios, notícias de jornais, relatórios oficiais, catálogos de móveis escolares norte-americanos e franceses<sup>5</sup> –, a ponto de termos que nos valer, constantemente, do jogo de escalas de que fala Jacques Revel (1996), bem como da caça pelo fio do nome (GINZBURG, 1991) e do faro, golpe de vista e intuição do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) no manuseio dos testemunhos que iremos interrogar.

## **Uma fábrica do tempo do Império: Röhe & Irmãos**

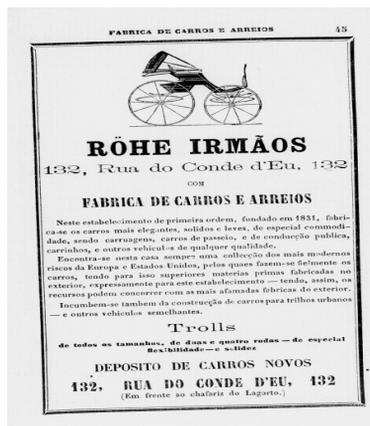
A Fábrica Röhe & Irmãos, ao participar da Exposição da Indústria Nacional de 1881, já era bastante conhecida, tanto em âmbito local (funcionava na Corte Imperial) como nacional. Sua especialidade era a fabricação de carros – veículos como carruagens, carros de passeio e de condução pública – e sua manufatura

<sup>5</sup> Os acervos consultados para a localização dessa documentação constituem-se, basicamente, na Seção de Obras Raras da Biblioteca do Senado, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na Biblioteca Digital Francesa Gallica e nos repositórios digitais Brazilian Government Document Digitalization Project e Archive.org.

tornou-se, com o passar dos anos, famosa, atingindo “um padrão de qualidade e de aceitação dignos para sua época” (KELLI, 2011, p. 173).

Um anúncio, publicado em 1871 no *Almanak Laemmert*, propunha-se a divulgar aos consumidores a qualidade dos produtos da empresa. Segundo o reclame, ela fabricava não carros e arreios simplesmente, mas veículos que seguiam os últimos modelos utilizados na Europa e Estados Unidos, adotando para sua confecção matéria-prima importada e de uso exclusivo do estabelecimento (FIGURA 1).

FIGURA 1 – ANÚNCIO DA RÖHE & IRMÃOS EM 1871



FONTE: Almanak Laemmert, ano de 1871, Hemeroteca BN.

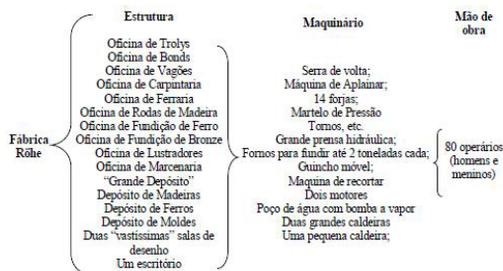
Fundada em 1831, pelos imigrantes alemães Johan Röhe e Anton Röhe, funcionou ininterruptamente até 1883, quando uma crise financeira levou a dissolução da sociedade e sua fusão com a *Companhia Construtora* (KELLI, 2011)<sup>6</sup>. Para Marcus Vinícius Kelli (2011), a longa trajetória do empreendimento pode ser dividida em dois momentos: de 1831 a 1868, quando a fábrica foi gerida pelos seus fundadores, aos quais ele denomina de primeira geração; de 1868 até sua dissolução, em 1883, quando esteve à sua testa a “segunda geração”, formada pelos irmãos Henrique Cristiano e Guilherme Frederico Röhe (filhos de Johan) e João Ludolfo Röhe (filho de Anton). Além disso, conforme Kelli (2011), essa periodização corresponde a formas diferenciadas de administração: na primeira geração, num sistema fabril ainda incipiente no Império e sem grandes necessi-

6 Uma das causas do fim do empreendimento teria sido o crescente endividamento com os fornecedores que, aos poucos, foi tornando inviável o funcionamento da fábrica. Para maiores explicações, vide Kelli (2011).

dades técnicas e de crédito, uma gestão mais familiar, restrita aos seus membros, foi adotada; na segunda geração, “os avanços tecnológicos, a disputa pelos novos mercados, a implantação da máquina em diversas etapas dos processos produtivos que, cada vez mais, aumentavam sua complexidade e, por fim, o surgimento de bancos como sócios, promoveram uma nova direção para os negócios” (KELLI, 2011, p. 173). É nessa segunda fase que se percebe uma crescente diversificação na produção saída das fábricas Röhe, particularmente, sua entrada no ramo da fabricação de móveis e, naquilo que é de nosso interesse, bancos-carteira para escolas. Daí ser esse o recorte cronológico privilegiado em nosso estudo.

Qual seria a estrutura de que estava dotada a fábrica Röhe & Irmãos neste momento em que a flagramos entrando no mercado escolar, isto é, as décadas de 1870-1880? O fluxograma a seguir, produzido com base em uma descrição publicada na *Gazeta de Notícias* em 17 de março de 1881, oferece-nos algumas pistas (FIGURA 2):

FIGURA 2 – FLUXOGRAMA FÁBRICA RÖHE EM 1881



FONTE: *Gazeta de Notícias*, 17/03/1881, Hemeroteca BN.

Até onde a *Gazeta de Notícias* permite apurar, o estabelecimento organizava-se em dez oficinas, quatro depósitos, duas “vastíssimas” salas de desenho e escritório. As oficinas voltadas a diferentes especialidades da produção sugerem uma setorização e racionalização na fabricação dos produtos, com destaque para aqueles que tinham por matéria-prima o ferro. Já as salas de desenho indiciam a preocupação com a elaboração de moldes e projetos do que viria a ser ali fabricado, talvez, seguindo modelos estrangeiros, como avisava o anúncio de 1871, ou apresentando novos e originais, como permitem inferir alguns privilégios industriais existentes no Arquivo Nacional, solicitados pelos Röhe<sup>7</sup>. Os depósitos, no contexto da fábri-

<sup>7</sup> Em 1878 e 1880, por exemplo, a Röhe & Irmãos requereu patente para um “melhoramento em carro urbano” e “jogo e eixo ondulados de carruagem”, respectivamente (ARQUIVO NACIONAL, 2013).

ca, serviriam para armazenar os insumos necessários para um funcionamento contínuo e produção rápida, até porque, como vimos, adotavam a utilização de matéria-prima importada<sup>8</sup>. Do escritório, comandava-se a rotina de trabalho e iniciava-se a mediação e negociação da produção com o público consumidor. Fabricação e comércio, afinal, eram duas faces da mesma moeda do empreendimento em questão.

Por mais que essa estrutura impressionasse os contemporâneos – é essa a sensação que se tem ao ler o relato da *Gazeta de Notícias*, cujo articulista não cessa de elogiar o que afirma ter visto –, é preciso reconhecer, olhando para seu maquinário, que a fábrica, analogamente à boa parte das então existentes no Império, não estava até ali inserida no que a historiografia econômica denominou de “segunda revolução industrial”, a “substituição da energia hidráulica (...) pelo vapor” (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 28). Essa inovação técnica, no Oitocentos, esclarece-nos David Landes falando sobre o contexto inglês, “foi adotada por empresas desejosas de suplementar seu suprimento de energia hidráulica ou substituir suas instalações hidráulicas por algo mais confiável” (LANDES, 2005, p. 229). Na Röhe & Irmãos, salvo alguma falta de detalhe do informante do periódico que é nossa fonte exclusiva na matéria, a única máquina a vapor era a bomba do poço de água, a mesma que garantiria o líquido essencial para fazer funcionar a grande prensa hidráulica e, quiçá, outros equipamentos ali existentes. Independente das técnicas utilizadas, o maquinário era suficientemente diversificado para permitir o trabalho com múltiplos materiais, como madeira, ferro e bronze, e produzir, assim, mercadorias igualmente variadas.

Para arrematar esse breve *tour* pela fábrica, convém destacar a quantidade de operários que ali trabalhavam, fazendo uso do maquinário e dando vida às oficinas, depósitos e salas de modelos de que se compunha a Röhe & Irmãos: 80, entre homens e meninos. Se para padrões atuais esse é um número diminuto, estava na média das grandes fábricas da época, como as existentes em S. Paulo no setor têxtil, arroladas no já mencionado trabalho de Foot e Leonardi (1982). Esses operários, aliás, eram suficientemente organizados para, no processo de crise financeira da firma, aparecerem ocasionalmente nas páginas dos jornais reivindicando pagamentos atrasados ou, no caso de alguns mais fiéis, para defender os patrões (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/03/1882).

Ancorada em uma estrutura física adequada, sustentada em capital financeiro necessário para a expansão do negócio decorrente das mudanças de gestão adotadas pela segunda geração de donos e valorizada por um saber fazer

<sup>8</sup> Durante todo o período aqui pesquisado, foi frequente encontrar, na movimentação de navios no Rio de Janeiro, objetos e matérias primas, como peles preparadas da Antuérpia, comprados de outros países e destinados à Fábrica Röhe (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/09/1873).

(carros) reconhecido pelos contemporâneos, não fica difícil compreender este outro anúncio da Röhe & Irmãos, publicado à página 4 de *O Conservador*, em 17 de maio de 1882, bastante diferente daquele de pouco mais de uma década atrás (FIGURA 3):

FIGURA 3 – ANÚNCIO DE RÖHE & IRMÃOS EM 1882



FONTE: O Conservador, 17/05/1882, Hemeroteca BN.

Dez anos passados, os carros – vagões, bondes e troles – continuam sendo fabricados. Mas, a eles, somam-se algumas novidades: bancos para jardins “elegantes e baratos”, esquadrias, fundições de ferro, caixas de gelo e “móbilias e bancos-carteiras para casa e colégios, ao alcance de qualquer, do melhor sistema e feitas com toda perfeição” (CONSERVADOR, 1882, p. 4).

## A carteira escolar como artefato necessário à modernização do ensino

Ao tempo em que a Röhe & Irmãos se modernizava e alargava sua área de atuação comercial, a instrução pública e os debates a ela relacionados, no Ocidente, em geral, e no Brasil, em particular, também se intensificavam, reclamando, igualmente, algumas inovações. Em que pese a situação do ensino fosse sempre rebelde às vontades dos agentes do Estado Imperial e mesmo dos particulares, isso não impedia que almejassem benfeitorias e, nunca é demais lembrar, concretizassem algumas delas com vistas ao que denominavam “melhoramento da instrução”. Uma questão que vinha tornando-se patente no período era o problema

da mobília escolar, particularmente, das mesas e bancos das escolas. Como nos ajuda a entender Wiara Alcântara:

Como questão de ordem social, a higiene pública e escolar impunha ao poder público a melhoria do espaço urbano e, como corolário, das condições físicas de funcionamento da escola e da sala de aula. Para tanto, uma medida urgente seria a substituição dos velhos bancos, sem encosto, por um mobiliário ergonômico que evitasse as moléstias decorrentes da má postura dos escolares, comprometendo-lhes o desenvolvimento. Há um saber médico e higiênico sobre o corpo infantil. Considerá-lo, significava prover as escolas de um mobiliário que exigiria aumento do investimento na instrução pública (ALCÂNTARA, 2014, p. 271).

Na década de 1870, esse problema da substituição das mesas com bancos por bancos-carteira emerge com frequência nos relatórios do Diretor Geral da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro. Em 1875, este lastimava:

Nas poucas escolas que tenho podido visitar (...) vi bancos que não se podem ter por móveis cômodos, mas por instrumentos de martírio. E em tais bancos devem as crianças estar assentadas três ou quatro horas por dia, padecendo as torturas do ensino que não compreendem, nem podem compreender, e quantas vezes também as impertinências de um professor impaciente e frenético, que vê nelas máquinas que se devem subordinar às regras severas da mais extravagante disciplina, cujo menor defeito é contrariar a natureza! A escola assim causa horror (RIO DE JANEIRO, 1875, p. 43).

O antídoto em matéria de móveis escolares, nesse sentido, parecia vir da América do Norte, região onde a indústria escolar já se encontrava bastante desenvolvida e seus bancos-carteira, como destaca Wiara Alcântara (2014), reconhecidos, juntamente com os da França, como os melhores então disponíveis. Obter tais mobílias modernas – nas quais os bancos, além serem mais confortáveis por terem encosto possuíam por característica virem unidos às carteiras (RIO DE JANEIRO, 1875) – não era, todavia, tarefa fácil nesta parte debaixo do Equador.

No relatório do ano seguinte, o mesmo diretor da instrução pública dava vazão a sua frustração:

Pensei que poderia mobiliar de 8 a 12 escolas no fim deste ano, porquanto, com autorização de V. Excia, encomendei ao comerciante Carlos Torres Rangel mobílias que deveriam vir de Nova York para acomodar 488 meninos, as quais seriam entregues até 31 de dezembro futuro. Há poucos dias escreveu-me o dito negociante prevenindo-me que o fabricante, muito ocupado com outras encomendas, não poderia aviar a destinada à Província do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1876, p. 13).

Somente dali um ano, ao que parece, essa encomenda conseguiu ser enviada ao Brasil – ao menos, é o que sugere o relatório de 1878, quando o diretor geral da instrução informa que bancos carteiras construídos nos Estados Unidos haviam sido, no ano anterior (1877, portanto), distribuídos por escolas da capital e de algumas outras localidades da Província. Entrementes, outras escolas “têm sido providas de móveis novos feitos nas localidades e, às vezes, por meio de subscrições promovidas pelos próprios professores; em outras têm sido reparados os antigos, de modo que ainda poderão servir por alguns anos e darão folga para cuidar daquelas em que a falta é por assim dizer, absoluta” (RIO DE JANEIRO, 1878, p. 29). Deixa entrever, com isso, que a demanda era grande e a aquisição no estrangeiro, solução paliativa e incompleta. Em 1879, mais um compra de carteiras escolares americanas chegou a ser feita, mas, por razões que não são detalhadas conquanto devam ser tributárias dessa dificuldade de comprar no exterior, o diretor passou, também, a buscar opções de fabricação desse mobiliário na própria província do Rio de Janeiro. É o momento em que as preocupações com o provimento material das escolas públicas e as aspirações comerciais dos Irmãos Röhe se encontram.

## **A Fábrica Röhe e a produção de carteiras escolares**

O diretor geral da instrução pública da Província fluminense começou a desenhar duas alternativas locais para o provimento das escolas com bancos-cadeira modernos: mandar fabricá-las pelo sistema *Cardot*, “segundo um dos modelos apresentados por M. de Bagnaux na conferência que sobre mobílias fez na última exposição de Paris”, nas oficinas da Estrada de Ferro de Cantagalo (RIO DE JANEIRO, 1879, p. 24)<sup>9</sup> e, ao mesmo tempo, “uma proposta dos

9 C. Cardot foi prefeito do 20º distrito de Paris e, na década de 1870, produziu diversos modelos de carteiras escolares ergonômicas, inicialmente em madeira, e, posteriormente, de ferro e madeira. Para maiores informações, embora dispersas, vide Alcântara (2014).

fabricantes da Corte Röhé & Irmãos” que, em sendo aceita, viria a dotar “mais 15 escolas com mobílias do sistema americano” (RIO DE JANEIRO, 1879, p. 24). Enquanto que no primeiro caso a iniciativa nasceu da diretoria, no segundo, o dos móveis americanos, parece ter partido dos Röhé, ao perceberem, provavelmente, esse nicho de mercado que começava a se desenhar diante de seus olhos.

Alguns anos antes, um dos sócios da fábrica, Henrique Cristiano Röhé, passara uma temporada residindo e negociando nos Estados Unidos, em Nova York. Em anúncio publicado no *Jornal do Comércio*, em 22 de outubro de 1874, lemos que encarregava-se de comissões e consignações – “toda e qualquer encomenda de artigos norte-americanos, como sejam máquinas para lavoura, instrumentos de agricultura, carros e vagões para trilhos urbanos e estradas de ferro” –, bem como de obtenção e venda de privilégios industriais (patentes), ressaltando que (imagino que para ambos os negócios), “informações e catálogos ilustrados serão mandados a quem os pedir” (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/10/1874, p. 4) Embora não tenha encontrado testemunhos diretos, parece plausível especular que essa estadia de um dos sócios em solo americano tenha interferido na decisão dos Röhé de ingressar, também, no ramo da fabricação de carteiras escolares alguns anos mais tarde. Nova York era uma das principais cidades fabricantes de mobílias para escolas por aquele tempo, seguida de outras, como Boston, conforme revelam os catálogos analisados por Wiara Alcântara (2014). Ademais, o fato de Henrique Cristiano Röhé se oferecer para enviar ao Brasil catálogos de produtos variados pode tê-lo – por vias que, infelizmente, jamais teremos como verificar à luz das fontes disponíveis –, em algum momento, colocado em contato com os que as indústrias americanas imprimiam para divulgação das mobílias escolares que fabricavam<sup>10</sup>. Ele pode, enfim, ter tomado contato com as ideias então em circulação sobre o mobiliário escolar enquanto necessidade da escola e possibilidade de lucro econômico para a indústria. Suposições históricas à parte – apesar de legítimas, num ofício em que por vezes impõe-se sugerir quando não é possível calcular (BLOCH, 2011) –, é fato que, em 1878, Henrique Cristiano Röhé já estava de volta ao Brasil, tendo comparecido a um beija mão do Imperador (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 15/05/1878), e, no ano seguinte, encontramos a empresa propondo-se a construir bancos-carteira seguindo o sistema americano. A partir daí, o “negócio” das carteiras teve, no rastro da empiria mobilizada, quatro desdobramentos.

A proposta dos Röhé feita à Província do Rio de Janeiro em 1879 foi aceita. Tal negociação foi divulgada nas páginas do *Fluminense*:

<sup>10</sup> O repositório digital Archive.org contém uma quantidade significativa desses catálogos para consulta *online*.

Foi autorizada a diretoria de instrução a mandar fabricar, como propôs um ofício de 31 de maio findo, nas oficinas de Rohe & Irmãos, 200 bancos carteiras, para serem distribuídos pelas escolas da província, incluindo-se nessa distribuição os duos da freguesia de Dores do Piray, visto já existir recolhida nos cofres provinciais a quantia de 400\$, produto da subscrição agenciada pelo respectivo inspetor de distrito para móveis da mesma escola (O FLUMINENSE, 06/06/1880).

Fazendo alguns cálculos entre a publicação dessa notícia (junho de 1880) e a data do próximo relatório do diretor da instrução pública da Província (agosto de 1881), pode-se afirmar que a produção e destinação dos bancos-carteira fez-se com relativa rapidez, uma vez que, nesse ínterim, segundo o mesmo relatório, os “200 bancos-carteira do sistema americano” já haviam sido entregues e distribuídos por 18 escolas dos municípios de Cantagalo, Itaboraí, Niterói, Nova Friburgo, Pirai, Rio Bonito, Santa Maria Madalena, Santa Ana de Macacu e Valença (RIO DE JANEIRO, 1881, p. 42). Restando, ainda, “10 bancos que serão remetidos para a escola do sexo feminino da cidade de Pirai” (RIO DE JANEIRO, 1881, p. 42).

*Pari passu* os Röhe vendiam seus produtos para a Província do Rio de Janeiro, faziam, também, negócios para o fornecimento de mobília escolar – incluídas, aí, bancos-carteira – às aulas femininas do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, segundo noticiou o *Monitor Campista* em 18 de outubro de 1881. Nessa negociação, a fábrica parece ter adotado uma estratégia para divulgar seu “peixe” e engrossar o coro dos que lutavam pelo progresso da instrução “ao apresentarem a conta ao diretor Sr. Bittencourt da Silva, na importância de 3.726\$, declararam que cediam em favor da popular instituição os 726\$” (O MONITOR CAMPISTA, 18/10/1881). O valor, quase século e meio depois, é difícil de ser apreendido, mas, para governo do leitor, equivalia, a depender do modelo, pouco mais ou menos ao preço de um ou dois dos carros fabricados pela empresa, segundo descobre-se anúncios desses produtos facilmente localizáveis na imprensa da época<sup>11</sup>. Doação tanto mais significativa se tomarmos em conta que se dá no momento em que tinha início a crise que resultaria na dissolução da firma em 1883.

Outro cliente que a Röhe & Irmãos tentaram cooptar foi a diretoria de instrução primária e secundária da Corte, também no ano de 1881. Desde há algum

<sup>11</sup> Em novembro de 1881, por exemplo, anunciam-se para leilão alguns carros fabricados pelos Irmãos Röhe e deles penhorados – já renunciando as dificuldades com pagamento de fornecedores e que, dali algum tempo, seriam a causa do fim do empreendimento. Os preços eram os seguintes: 1 Trolly Novo, 450\$, 1 diligência nova, 750\$ (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/11/1881, p. 3).

tempo, o encarregado da repartição andava decidido a tentar resolver o problema da falta de móveis nas diversas escolas sob sua jurisdição<sup>12</sup>. Ocorre que essa fonte é um tanto ingrata com o historiador, na medida em que não permite saber, mesmo numa leitura em série, se o negócio foi fechado e a proposta que a empresa teuto-brasileira levou ao governo, aceita. Mas o testemunho é válido ao revelar, na resposta ao orçamento remetido ao Ministro do Império, feita via aviso ministerial, que os bancos-carteiras deveriam, “por preferíveis, ser fornecidos pelos fabricantes Røhe & Irmãos, se verificar que não pode adquiri-las no mercado mediante menor preço do constante da proposta que acompanhou o ofício da inspetoria...” (BRASIL, 1882, p. 9-10). Aparenta estarmos, aqui, diante de percepção por parte do governo de que havia alguma vantagem nos bancos-carteira da referida fábrica, salvo se razões econômicas permitissem encontrar o mesmo produto por preço menor.

Nem só de êxitos e preferências se fizeram as tentativas de ingresso da fábrica no nascente mercado de fabricação de móveis escolares. No mês de junho de 1881, os Irmãos Røhe se apresentaram para também fornecer às escolas municipais da Corte, mantidas pela Câmara Municipal, bancos-carteira de modelo americano<sup>13</sup>. Contudo, o preço pedido – a mesma questão que pesaria na compra deles pela diretoria da instrução da Corte, conforme sugerimos no parágrafo anterior – parece não ter agradado os edis, haja vista o que noticiou o *Jornal do Comércio* ao publicar o expediente da Câmara em que a comissão encarregada de avaliar a proposta se manifestou sendo “do parecer que em vista da nova proposta dos Røhe & Irmãos se chame a concorrência para o fornecimento dos bancos para escola, dando-se conhecimento do modelo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 26/06/1881, p. 1). Aqui, a decisão por abrir concorrência indicia a necessidade de encontrar preços diversos dos apresentados pela fábrica, embora adotando o mesmo modelo que teriam apresentado. Inclusive, fala-se ali em “nova proposta”, o que pode ser revelador de que mais de uma tentativa foi feita pelos Røhe no sentido de apresentar uma

12 É oportuno lembrar que, desde o Ato Adicional de 1834, a Província do Rio de Janeiro vivia uma situação peculiar no ramo da instrução: no município da Corte – a atual cidade do Rio de Janeiro, capital do Império – ela era responsabilidade do governo central, possuindo, por conseguinte, estrutura de inspeção própria; no restante da Província, cuja capital era Niterói, era responsabilidade do governo provincial e dotada de estrutura de inspeção do ensino separada daquela do município neutro da Corte. Para os Røhe, portanto, eram clientes distintos, sem contar, ainda, os colégios particulares ou mantidos pela câmara municipal, como se verá logo mais, o que contribuía para tornar o fornecimento de mobílias escolares um nicho de mercado, ao menos, com potencial demanda comercial.

13 As escolas municipais, em fins de 1880, eram em número de 7, chegando, em 1881, a 12 escolas (entre masculinas, femininas, mistas e oferecendo cursos noturnos para adultos) e com a previsão de serem criadas, ainda, outras 2, o que elevaria a cifra para 14 potenciais escolas a serem, eventualmente, providas com móveis Røhe, caso sua proposta fosse aceita, uma vez que, como frisa o mesmo relatório “os objetos necessários ao ensino e aos trabalhos de agulha são fornecidos às escolas pelos cofres municipais” (BRASIL, 1882, p. 18).

oferta satisfatória para ambas as partes, acordo ao qual não se chegou, quiçá, pelo peso que o vil metal deve ter adquirido nas negociações.

## A carteira escolar dos Röhe como produto: vestígios

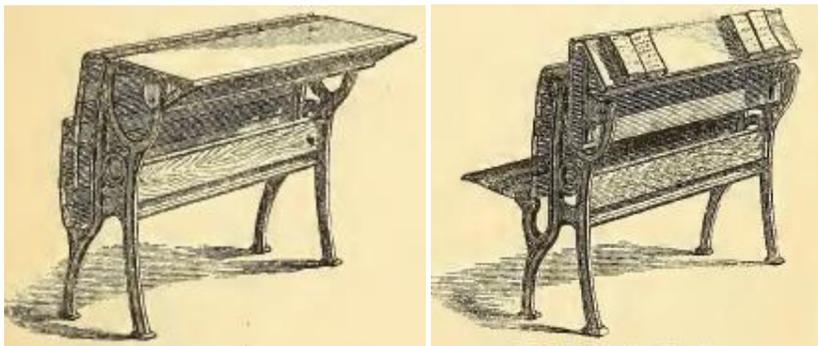
Como eram as carteiras produzidas pelos Röhe? Quais suas vantagens e desvantagens enquanto produto que se voltava, primordialmente, à aquisição por parte do Estado e, eventualmente, de particulares?

Não é fácil construir respostas a essas duas questões por conta do aparente silêncio da documentação disponível. Mesmo a fábrica tendo imprimido na década de 1880 um catálogo de seus produtos e que muito ajudaria nesta análise, nenhum exemplar foi encontrado nos acervos consultados<sup>14</sup>. De igual maneira, os *Arquivos* da Exposição Industrial são bastante opacos a qualquer tentativa de inquirição – pelo menos de forma direta – sobre o assunto. Assim mesmo, percebe-se, de modo implícito, que essas duas dimensões (a material e a econômica), em especial a segunda, tiveram peso na maior ou menor aceitação dos bancos-carteira produzidos pela Röhe & Irmãos, de sorte que, perseguindo algumas pistas e indícios, podemos ensaiar algumas respostas a essas perguntas essenciais.

Uma primeira vantagem enquanto produto, que se pode apontar, é de que os bancos-carteira dos Röhe, ao seguirem o dito “sistema americano” – os vendidos à Província do Rio de Janeiro e os oferecidos à Câmara Municipal, com certeza, e os demais, com razoável probabilidade –, atendiam às prescrições higiênicas e pedagógicas do seu tempo. Analisando catálogos de mobiliário escolar em circulação nos Estados Unidos na década de 1870 a partir das referências fornecidas pela tese de Wiara Alcântara (2014) e diretamente no repositório *Archive.org*, constata-se uma característica em comum àquela produção: enquanto as mesas e outros móveis para professores ou visitantes eram, invariavelmente, feitos inteiramente de madeira, os bancos-carteira, pensados para uso de irrequietos e nem sempre cuidadosos escolares, eram sempre de madeira com pés de ferro, visando garantir sua maior durabilidade. Assim, se não dispomos do registro material do móvel que foi produzido pela Röhe & Irmãos, contamos, a título de comparação, com os modelos da *The National School Furniture* do ano de 1872, empresa com sede em Chicago e Nova York – essa última, cidade onde Guilherme Frederico Röhe residiria e negociaria naquela mesma década (FIGURA 4).

<sup>14</sup> Soube da existência desse catálogo por meio de breve nota publicada na Revista Ilustrada: “Os Srs. Röhe & Irmãos enviaram-nos um catálogo de alguns trabalhos, executados em suas oficinas, à Rua do conde d’Eu” (REVISTA ILLUSTRADA, 10/07/1880, p. 6).

FIGURA 4 – CARTEIRA DE ESTUDO COMBINADA, ABERTA E FECHADA, DA FÁBRICA THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE



FONTE: Catálogo de *The National School Furniture* (1872), Arhive.org

Vemos, na figura acima, não somente um modelo típico das carteiras escolares americanas, como uma especialidade da *The National School Furniture*: a carteira de estudo combinada. Na parte da frente, um banco dobrável permitia conectá-la à carteira seguinte que, por sua vez, contava com uma mesa de madeira que, aberta (imagem à esquerda), serviria para lições de escrita e, dobrada (imagem à direita), para lições de leitura. Enquanto as carteiras da empresa americana eram de dois lugares, as que entregaram à Província do Rio de Janeiro os Irmãos Röhe, em face de afirmativa do Diretor da Instrução de que foram em número de 200 e comportariam 800 alunos (RIO DE JANEIRO, 1881), seriam de quatro lugares<sup>15</sup>.

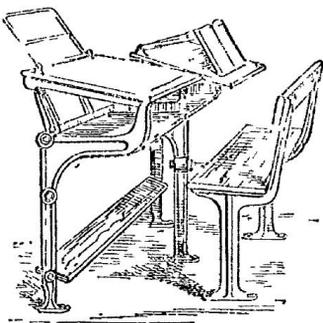
Para além desse diferencial, não há como saber se as carteiras feitas pelos industriais da Corte trouxeram alguma inovação como as produzidas pela *The National*, mas, as fontes indiciam, respeitavam a característica do uso do ferro na base do móvel. E o trabalho com ferro, isso o sabemos, era uma das especialidades das oficinas Röhe. Especialidade desenvolvida com anos de experiência na produção de carros e transferida para a de móveis. Na Exposição Industrial de 1881,

<sup>15</sup> Essa informação é diretamente confirmada em relatório do ano de 1882, no qual, também, se explicita já não se considerar este quantitativo de alunos por bancos o ideal em termos pedagógicos, mas, o praticável, dadas as condições de espaço físico das escolas da Província: “Os bancos que tenho encomendado e fornecido são do sistema americano, para quatro alunos cada um. Dizem os entendidos, e compreende-se, que são preferíveis os bancos para um e quando muito para dois alunos; com estes bancos poderá conseguir-se mais ordem nos trabalhos escolares e a inspeção e fiscalização do professor será mais eficaz para manter a disciplina, tão necessária e apreciada nas escolas. Entretanto, nem as salas escolares têm a capacidade própria para a colocação conveniente dos bancos nem a despesa que exigiriam está dentro de nossas forças” (RIO DE JANEIRO, 1882, p. 20).

inclusive, essa foi uma característica ressaltada pelos jurados quando o assunto era a mobília dos Röhe, conquanto viesse exposta junto a outras, feitas somente de madeira e saídas de empresas concorrentes<sup>16</sup>.

De outra parte, o Diretor Geral da Instrução Pública fluminense em 1879 afirmou que, ao mesmo tempo em que contratara carteiras pelo sistema americano com os Röhe, solicitara, também, que o diretor da estrada de ferro fizesse bancos-cadeira pelo sistema *Cardot*. Recordo ao leitor que o modelo a que ele se refere foi apresentado na Exposição de 1878, em Paris, por M. de Bagnaux, em conferência sobre mobiliário escolar e museus escolares (FIGURA 5).

FIGURA 5 – MESA CARDOT, DE DOIS LUGARES, COM PÉ DE FERRO



FONTE: Les Conférences, 1880, Biblioteca Gállica.

Também a carteira *Cardot*, com uma qualidade pedagógica que a diferenciava dos modelos americanos<sup>17</sup>, tinha com eles algo em comum: a base em ferro. Como nos explica Phyllis Oates na sua *História do Mobiliário*, na primeira metade do século 19

16 Considere-se, por exemplo, os comentários, em geral positivos, à cama de ferro exposta pelos Röhe: “As camas ali expostas, todas de ferro forjado ou fundido, são simples umas, elegantes e suntuosas outras. Cada qualidade representa um valor, de modo que fica ao alcance do pobre, do remediado ou do rico a aquisição da que lhe convier, porque o lastro é quase igual para todas as camas” (TRIBUNA MILITAR, 19/01/1882, p. 4). Além de vantagens econômicas, possuíam a higiênica de repelir os percevejos – mal que afligia ao longo da história os usuários das camas exclusivas de madeira com colchões de palha, problema sentido também nos Estados Unidos e Europa (OATES, 1991).

17 Partindo da premissa higiênica de que os móveis escolares é que deviam adaptar-se ao corpo dos escolares e não o contrário, a grande vantagem pedagógica do modelo Cardot, base da argumentação de boa parte da longa conferência de M. de Bagnaux, é que ao apresentar partes móveis e ajustáveis – como o tampo de madeira, que poderia ser aproximado do estudante para a escrita ou levemente levantado para leitura – esse tipo de carteira escolar atenderia diferentes compleições físicas de estudantes, adaptando-se, assim, aos seus corpos (LES CONFÉRENCES, 1880).

[...] ocorreram importantes alterações na indústria siderúrgica. Os processos de fundição foram grandemente melhorados; passou a ser possível produzir peças muito maiores do que até então, podendo fundir-se todos os componentes dum móvel num só vazamento, unindo-as depois com braçadeiras e parafusos. A “Coalbrooke Dale Iron Company” foi pioneira neste domínio, produzindo grandes quantidades de móveis de salão, bancos de jardim e cadeiras. O uso de móveis de ferro foi recomendado para os edifícios públicos e para os salões de entrada das casas e hotéis. Deve ter havido um grande comércio de exportação destes móveis; ainda se encontram muitos deles nos Estados Unidos e na França (OATES, 1991, p. 166).

O trabalho com ferro, entretantes, não era atividade para principiantes. Como ressalta Marcus Vinicius Kelli (2014), era manufatura que exigia espaços amplos para circulação, tanque com água, bigornas, martelos, sendo um ramo industrial que geralmente acarretava altos custos às oficinas que o realizavam. Não por acaso, enquanto os bancos-carteira do sistema americano foram encomendados aos Röhe – que já possuíam as condições necessárias para o trabalho industrial com esse material –, os do sistema *Cardot* foram encomendados às oficinas da Estrada de Ferro, que apesar do nome e do aceite da incumbência, não estavam de todo equipadas para esse mister<sup>18</sup>. Tanto é que ao pesar os custos em torno dos dois modos de produção de carteiras, no já citado relatório de 1880, o diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro afirmava “não me parece conveniente fazer novas encomendas [à oficina da Estrada de Ferro], já pelo preço que excede o dos fabricados na Oficina dos Röhe, já pelo grande espaço que tomam estes móveis na sala da escola” (RIO DE JANEIRO, 1880a, p. 21).

Embora, pelo que indica nosso informante, os bancos de ferro dos Röhe fossem mais baratos aos cofres públicos do que os da Oficina da Estrada de Ferro, nem por isso eles podiam ser considerados baratos. A produção de ferro no Brasil, nos anos finais do período imperial, era pequena e bastante limitada, segundo análises presentes nos *Archivos* da Exposição da Indústria Nacional: mal supria a demanda, seu transporte era oneroso até os centros onde se localizavam as indústrias, faltava apoio do governo para sua extração (ARCHIVOS, 1882), de jeito que se pode inferir, desse quadro, que sua utilização em móveis certamente resultava em altos custos, a serem, inevitavelmente, refletidos no

18 Em 1880, segundo relatório do Diretor da Estrada de Ferro, ainda se estava construindo nas oficinas um local para a colocação de um forno para fundição de ferro, sendo que até então este era fundido em estabelecimentos particulares, o que era dispendioso. Faltavam também mais tipos de máquinas para trabalhar madeira e muitos dos insumos utilizados eram importados (RIO DE JANEIRO, 1880b).

produto final. Os Röhe, nos meses em que estavam incumbidos da fabricação da encomenda da Província do Rio de Janeiro, receberam uma grande remessa de 12 volumes de ferro provenientes de Nova York, descarregados em 23 de março de 1880 (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/10/1880), e que talvez até tenha vindo a ser utilizada na fabricação de seus bancos-carteira. Já a madeira utilizada por eles, apesar das grandes reservas dessa matéria-prima de que dispunha o país e salientadas na Exposição Industrial de 1881, era geralmente constituída por pinho importado, o que, na mesma Exposição, foi motivo de censura por parte de um dos júris para os móveis que apresentaram, para quem “melhor seria que fossem preparadas com material do país e não com pinho como são. É de lastimar que estes industriais, tão caprichosos como são no seu zelo pela arte, fossem lançar mão de material estrangeiro. Constitui esse fato motivo a que não realcemos com melhor laurel os seus produtos que preenchem uma necessidade que se fazia muito sentir” (ARCHIVOS, 1882, p. 206). Se dos custos dessa madeira as fontes não nos permitem obter informações, a censura, por si só, num momento em que se queria valorizar a indústria e a matéria-prima nacional, era, indiretamente, elemento de desvantagem para a produção dos Röhe.

Fato é que, numa das poucas avaliações que encontrei sobre os bancos-carteira por eles fabricados e expostos em 1881 – bancos que as evidências dispersas aqui reunidas nos permitem concluir serem fabricados com ferro e madeira importados –, o preço era o que mais pesava contra essa mobília escolar: “Aparecem ali também diversos modelos de bancos-mesas para escolas; se *bem que nos pareça mais conveniente estudar tipos mais baratos e acessíveis às escolas públicas municipais, onde escasseiam os recursos pecuniários*” (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/01/1882, p. 1, *grifos meus*). Essa opinião um tanto genérica para o leitor do periódico ao falar de “bancos-carteira ali expostos” não deixa dúvida para nós, que sabemos que apenas dois tipos foram apresentados na Exposição: os inteiramente de madeira feitos na Casa de Detenção da Corte (e considerados inferiores pelo júri), e os dos Röhe, que, a julgar o lapso temporal em que já vinham dedicando-se a essa produção, provavelmente enviaram uma peça feita à mesma época das demais negociadas, isto é, de ferro, ainda que batizadas com o nome fantasia “Victória”. E estes foram considerados, pelo articulista, modelos caros.

Assim, parece ser possível afirmar que a produção de bancos-carteira pelos Röhe tinha, no uso do ferro, tanto sua força como fraqueza comercial: ao mesmo tempo em que atendiam às prescrições da moderna pedagogia, materializada em mobiliário valorizado e procurado pelos agentes do ensino para o provimento das escolas, eram, no contexto que aqui nos ocupamos, um tipo de mobília que permanecia cara, tanto quando produzida em oficinas não especializadas em móveis – como era o caso daquela da Estrada de Ferro – como quando produzida

por indústria que já detinham alguma *expertise* no ramo, como era o caso da fábrica da Corte. Essa dispendiosidade foi a razão que parece ter pesado na recusa da Câmara Municipal em fechar negócio com os empresários teuto-brasileiros, especialmente, à luz dos argumentos da avaliação que sobre esse móveis encontramos durante o funcionamento da Exposição da Indústria Nacional de 1881.

## À guisa de uma conclusão

No decorrer deste artigo, procuramos, a partir de vestígios quase sempre indiretos fornecidos pela documentação disponível, verificar, a partir da trajetória da Fábrica Röhe & Irmãos entre 1868 e 1883, a hipótese da existência de uma protoindústria escolar no Brasil Império e sua atuação. Do percurso histórico empreendido, algumas considerações, mais a maneira de apontamentos do que de conclusões propriamente ditas – dado o caráter aproximativo que a pesquisa tomou –, podem ser enunciadas.

A entrada da empresa no âmbito da fabricação de móveis escolares no Brasil Império deu-se pela conjugação de diversos fatores, como: a demanda crescente por carteiras escolares e modos mais eficazes e baratos de provê-las, sem abrir mão de materializarem na sala de aula as inovações pedagógicas e modelos higiênicos e ergonômicos recomendados em âmbito internacional e transnacional; a percepção comercial dos donos da Röhe & Irmãos que, na segunda geração, vinham diversificando seu campo de ação, valendo-se, porém, da experiência adquirida há muito na fabricação de carros e, quiçá, da observação *in loco* da potencialidade desse nicho comercial em países como os Estados Unidos, onde um dos sócios passara uma temporada a trabalho; a estrutura fabril de que a empresa estava dotada, permitindo, com isso, arriscarem-se na manufatura com diferentes materiais, dentre os quais estava o ferro e a madeira, matérias-primas fundamentais para o tipo de carteiras escolares que se dispuseram a fornecer ao governo da Província e intentaram vender a outros compradores, no período aqui estudado.

Por outro lado, no contraste com as outras iniciativas ou formas de produção de carteiras escolares contemporâneas – e que, por si só, mereceriam estudos aprofundados, por dizerem respeito, talvez, a outras etapas do processo de institucionalização da indústria escolar entre nós e que neste trabalho só compareceram incidentalmente –, também se delineiam, empiricamente, vestígios de mais algumas características do fenômeno histórico a que temos chamado de protoindústria escolar. No caso da produção de carteiras de madeira na Casa de Correção da Corte, estamos muito provavelmente diante do que Juri Meda

(2015) desigou de produção artesanal de móveis escolares<sup>19</sup>, cujo resultado foi, à época da Exposição Industrial de 1881, considerado inferior, em termos de técnica em marcenaria, quando comparado com os que a Fábrica Röhe, com características protoindustriais – expertise no trabalho com madeira, mão de obra diversificada, equipamentos modernos –, conseguiu apresentar na mesma ocasião. Já no tocante às carteiras produzidas na Estrada de Ferro de Cantagalo, por encomenda da Inspeção do Ensino Provincial, podemos estar nos deparando com outra etapa do processo de institucionalização da indústria escolar entre nós a que poderíamos denominar de semiartesanal, uma vez que o alto custo que as carteiras escolares ali produzidas tiveram em comparação com as da Röhe & Irmãos pode ser indicador de que faltava ao estabelecimento alguns elementos presentes na fábrica teuto-brasileira, o que resultou em uma manufatura que, embora atendendo às demandas pedagógicas e materiais (afinal, eram carteiras de ferro e madeira), não era competitiva em termos comerciais.

Por fim, pode-se afirmar que a atuação protoindustrial na produção de móveis escolares – ao menos no caso aqui estudado dos bancos-cadeira – padecia de certa instabilidade comercial, ocasionada tanto por uma questão material, que se refletia nos custos do produto final (o problema do ferro importado, a que chamamos de força e fraqueza dos Röhe), como pelo fato de a própria empresa estar vivendo, concomitantemente, por conta de sua ousadia para o momento histórico em tela, um crescente endividamento que estaria na raiz da crise que a levaria, pouco tempo depois, a ser dissolvida e incorporada a outra sociedade, a *Companhia Construtora*. Ainda assim, parece que a sedução pelo emergente mercado de produção de objetos escolares já estava em processo de consolidação naquele mundo industrial, pois essa nova empresa, segundo noticiou o *Jornal do Comércio* em 23/08/1884, já se encontrava, no encaixo da antecessora, fabricando “a mobília destinada à escola de Sobral, no Ceará, fundada pelo Sr. Comendador Tobias Lauriano de Mello” e “serviu de modelo a esta mobília a do Imperial Liceu de Artes e Ofícios desta Corte” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 23/08/1884, p. 2), ou seja, a mesma que, anos antes, havia sido fabricada e entregue pela Röhe & Irmãos. Se sua ação se manteve protoindustrial ou tornou-se industrial, é questão para um estudo futuro.

19 Segundo aponta Jailton Oliveira, nas últimas décadas do Império, na Casa de Correção da Corte, “existiam as seguintes oficinas: alfaiataria, carpintaria, funilaria, jardinagem, correios, encadernação, ferraria, (...) marcenaria, sapataria, padaria e lavanderia (...) Nas oficinas eram produzidos diferentes produtos: cadeiras, mesas para algumas escolas da cidade, uniformes dos próprios presos” (OLIVEIRA, 2013, p. 117). O mesmo historiador observa, também, que em relação à manufatura do estabelecimento correcional “havia muitas reclamações dos clientes quanto à qualidade do produto e a demora na entrega de muitas encomendas. Em algumas ocasiões a culpa recaía sobre a qualidade do trabalho dos próprios presos” (OLIVEIRA, 2013, p. 118).

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1874-1914). 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

ALMANAK *Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: E & H. Laemmert, 1871.

ARCHIVOS da *Exposição da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882.

ARQUIVO NACIONAL. *Coleção Privilégios Industriais*. Inventário Analítico, Índices. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2013.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

BRASIL. Relatório do Inspetor Geral da instrução primária e secundária do município da Corte. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império o Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882, Anexo D.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1878.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 17 de março de 1881.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178.

\_\_\_\_\_. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-275.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1873.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1874.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1880.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1881.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1881.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1882.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 18 de março de 1882.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1884.

KELLI, Marcus Vinícius. *Uma família em dois momentos: os Rôhe e as transformações econômicas no Rio de Janeiro (1831-1885)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LES CONFÉRENCES *Pédagogiques faites aux instituteurs delegues a l'Exposition Universelle de 1878*. Paris: Libr. Ch. Delagrave, 1880.

LEVI, Giovanni. Entrevista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 41, s. p., jan. 2009.

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, jan-abr. 2015.

MEDEIROS, Felipe Lima de. *Protoindústria na China Qing*. 2018. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Entre prescripciones e interdicciones: la Casa Cruz en la produccion de cuadernos escolares. In: MEDA, Juri et al. (orgs.) *School Exercise Books*. Vol. 1. Firenze: Polistampa, 2010, p. 571-583.

O CONSERVADOR. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1882.

O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 06 de junho de 1880.

O MONITOR CAMPISTA. Campos de Goytacazes, 18 de outubro de 1881.

OATES, Phyllis Bennett. *História do mobiliário ocidental*. Lisboa: Presença, 1991.

OLIVEIRA, Jailton Alves de. *Escola de todas as perdições e degenerescências: Casa de Detenção da Corte e Penitenciária Nacional de Buenos Aires como espaços educativos (1856-1889)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1880.

RIO DE JANEIRO. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima legislatura no dia 8 de setembro de 1875 pelo vice-presidente, o Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja*. Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1875, Anexo 4, p. 1-45.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876 pelo presidente Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima*. Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1876, Anexo 5, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima segunda legislatura no dia 8 de setembro de 1878 pelo presidente Visconde de Prados*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1878, Anexo 6, p. 1-31.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima segunda legislatura no dia 8 de setembro de 1879 pelo presidente Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1879, Anexo 3, p. 1-30.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima terceira legislatura no dia 8 de setembro de 1880 pelo presidente Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1880a, Anexo 4, p. 1-27.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Estrada de Ferro de Cantagalo. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima terceira legislatura no dia 8 de setembro de 1880 pelo presidente Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1880b, Anexo 11, p. 1-7.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima terceira legislatura em 8 de agosto de 1881 pelo presidente Dr. Martinho Álvares da Silva Campos*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1881, Anexo 5, p. 1-48.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Instrução Pública. In: *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1882 pelo presidente Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1882, Anexo 4, p. 1-23.

SOUSA, Gustavo R. de; GASPARGAR da SILVA, Vera Lúcia. A fábrica Móveis Cimo e seus mobiliários: a escola como um mercado atraente. *História da Educ.* Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 327-352, set-dez 2016.

THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE CO. *Illustrated Catalogue of new and improved styles of school and church furniture and school apparatus*. New York, s. e., 1872.

TRIBUNA MILITAR. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1882.

VIDAL, Diana Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, Cláudia; MARIANO, Serioja (orgs.) *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009, p. 37-58.

Texto recebido em 10 de abril de 2019.  
Texto aprovado em 21 de junho de 2019.